

REVISTA

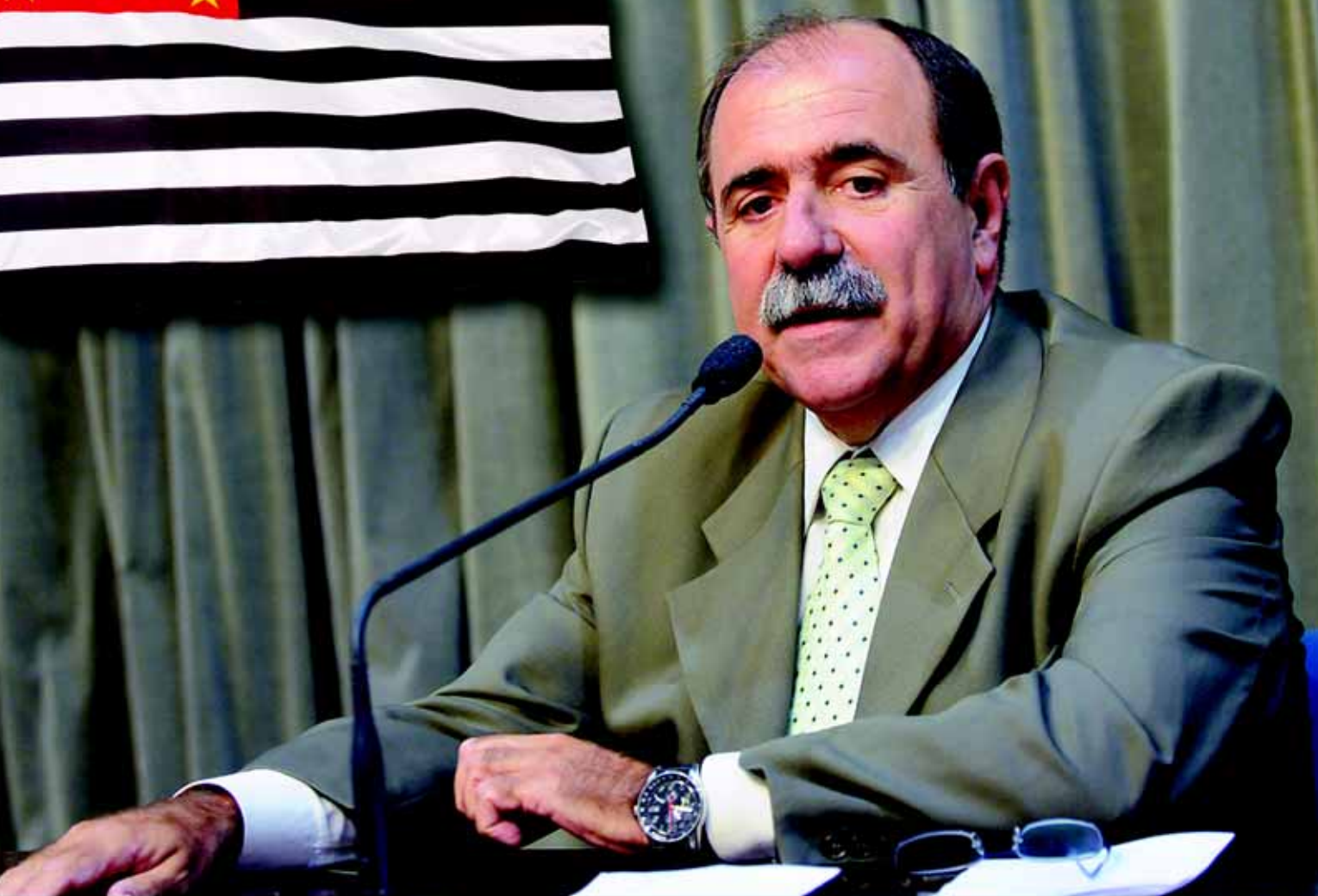
Logweb

referência em logística

| www.logweb.com.br | edição nº113 | Jul | 2011 | R\$ 12,00 |

Condomínios Logísticos
Sustentáveis

Guia de Transportadores
e Operadores Logísticos
no setor de
Eletroeletrônicos



**Deputado Estadual João Caramazini
lidera Frente Parlamentar dedicada ao
desenvolvimento hidroviário de São Paulo**

Condomínios Logísticos

Sustentabilidade: o mercado exige, o planeta agradece

As empresas multinacionais já estão focadas em sustentabilidade, e as nacionais estão seguindo pelo mesmo caminho. Já que a tendência é que elas procurem instalações que apresentem certificados verdes, os condomínios logísticos tornam-se ótimas opções, atendendo às necessidades do mercado e da natureza.

A obtenção de licenças ambientais, as características sustentáveis de alguns dos condomínios logísticos disponíveis no mercado, a sua importância tanto para o locatário quanto para a administradora do empreendimento e as tendências no setor são o foco desta matéria especial da revista *Logweb*.

Licenças ambientais

A obtenção de licenças ambientais pode ser considerada um entrave para o andamento de projetos de condomínios logísticos, como apontam alguns entrevistados. Na opinião de Rodrigo Demeterco, diretor-geral da Capital Realty (Fone: 41 2169.6850), a obtenção de licenças ambientais tem sido dificultada pela burocracia do processo, que requer protocolo de diversos documentos e projetos, além do trâmite para análise de todas as solicitações, que acabam, em alguns casos, demorando meses. "Os órgãos responsáveis pela emissão da licença têm carência de funcionários. Muitas responsabilidades acabam sendo delegadas a um número enxuto de funcionários e, pelo volume de solicitações, o processo de obtenção para cada solicitante acaba demorando mais do que se pode esperar, atrasando o lançamento de um novo empreendimento", declara.

Concorda com ele Marino Mário da Silva, diretor comercial da Retha (Fone: 11 4777.9800), que julga como culpada pela morosidade do processo de licenciamento ambiental a falta de infraestrutura nos órgãos responsáveis pela aprovação de licenças. "Faltam pessoas para agilizar o processo de tantas licenças." Ele lembra que a empresa já se deparou com problemas dessa natureza, como é o caso do condomínio de Jundiá, SP, que há bastante tempo aguarda a obtenção de licenças.

Também para o engenheiro civil Bruno Chohfi, diretor de construção da Construtora CH3, responsável pelo Parque Industrial São Lourenço II, empreendimento da incorporadora Sociedade de Armazéns São Lourenço (Fone: 11 3229.3850), os órgãos reguladores devem contar com uma estrutura maior para que os processos tenham mais agilidade. "Mas concordamos com as leis e medidas que o meio ambiente impõe sobre os projetos", ressalta.

A GWI Real Estate (Fone: 11 3702.3200), por meio do gerente de novos projetos, Leandro Abreu, e do diretor de operações, Hélio Adnet, entende que o prazo de obtenção de algumas licenças pode variar consideravelmente em agências localizadas em municípios distintos. Um dos empreendimentos da companhia está com um pedido de licenciamento para supressão de vege-

tação desde 2008 para remoção de menos de 1% da cobertura vegetal do terreno. "A Prefeitura já se manifestou positivamente quanto à aprovação do empreendimento, porém só liberará o alvará contra a apresentação da manifestação do órgão ambiental estadual", descrevem.

Segundo contam, neste caso, a GWI agendou uma consulta com o técnico da agência para esclarecer uma legislação que o próprio técnico desconhecia. "Trouxemos uma cópia da legislação e provamos que as exigências feitas não atendiam à legislação e não se aplicavam à situação. O técnico se mostrou inseguro e admitiu o desconhe-

cimento. O processo ainda encontra-se em 'análise'."

Eles acreditam que sejam vários os motivos que resultam na vagarosidade do processo de licenciamento: aumento da demanda com o aquecimento do mercado imobiliário; constantes alterações da legislação; desconhecimento da legislação por ambas as partes; e excesso de exigências dos órgãos e técnicos ambientais para proteger-se do Ministério Público.

"Infelizmente, o país todo sofre as consequências de uma visão distorcida e interpretações pessoais da grande colcha de retalhos que se tornou a legislação ambiental. Existem exemplos



em todo o Brasil de empreendimentos paralisados ou com seu cronograma seriamente comprometido em razão da falta de definições claras da política ambiental brasileira”, declara Sérgio Guimarães Pereira Júnior, diretor da Vallor Urbano (Fone: 11 4166.2110).

Em um caso exemplificado, a empresa perdeu a instalação de uma multinacional, em operação start-up no país, pela demora na definição se uma determinada área seria ou não passível de alagamento. A companhia geraria um investimento de 700 milhões de dólares e cerca de 600 empregos. “Todos os documentos indicavam a não existência de problemas, mas o técnico responsável não quis assinar uma declaração e, após consultas a todas as assessorias possíveis (o que resultou na liberação da gleba), o prazo definido pela matriz da empresa estava estourado. A indústria se instalou em outro local”, conta.

Armazéns São Lourenço



A Sociedade de Armazéns São Lourenço possui um condomínio em operação, o Parque Industrial São Lourenço I, localizado na Zona Leste de São Paulo. Totalmente locado, possui área construída de 400.000 m². A empresa está executando a implantação de um condomínio em Nova Odessa, região metropolitana de Campinas, na Rodovia Anhanguera, km 118. Trata-se do Parque Industrial São Lourenço II, com área construída total de 500.000 m². A primeira fase do empreendimento já está em construção, a previsão de entrega é outubro de 2012.

Segundo Pereira Júnior, o principal problema é que não existe uma única legislação que regule, de maneira clara e inequívoca, o que é ou não é permitido. “Temos o discutido Código Florestal, que serve de base para a definição de alguns critérios, como áreas de preservação permanente. Mas a ele se somam portarias, resoluções, legislação estadual e municipal concorrente, falta de banco de dados confiáveis, ausência de uma política clara de desenvolvimento sustentável e corpo técnico muitas vezes desmotivado, sem equipamentos ou, em muitos casos, sem a formação necessária. Some-se a isto o fato de que é mais fácil e seguro proibir do que permitir. Para não citar a infeliz realidade de que é um bom negócio criar dificuldades para vender facilidades”, expõe.

Falando pela Hines do Brasil (Fone: 11 5504.7600), o project manager, Jeremy Smith, declara que o projeto que atende a

VOCÊ NÃO VAI ACREDITAR NA FORÇA DESSAS MÁQUINAS.

Toda segurança, tecnologia e resistência que sua empresa precisa.



DISTRIBUIDORES EM TODO O BRASIL

AESA - GRANDE SÃO PAULO, ABC E BAIXADA SANTISTA - (11) 3488.1466

ALPHAQUIP - GRANDE SÃO PAULO, OSASCO E BARUERI - (11) 4198.3553

DINÂMICA - RO E AC
(69) 3535.5304 / (69) 3228.5304
(68) 3221.1157

DAFONTE - PE, RN, PB E AL
(81) 3087.0266 / (83) 3232.3900

FORMAQUINAS - CE E PI
(85) 3474.3819

LINCK - PR, SC E RS
(51) 2118.3333 / (41) 2111.3769
(48) 3203.7000

LVM - AM E RR - (92) 3236.1455

MAPEL - GRANDE SÃO PAULO, VALE DO PARAÍBA E INTERIOR DE SP - (19) 3278.1822

TECNOESTE - MT E MS
(67) 3041.2688 / (65) 3661.0661

TRATOMAQ - PA, AP E MA
(91) 3342.4400 / (98) 3248.1769

TRATORMASTER - BA E SE
(71) 3291.7200

TRACBEL - MG, ES, RJ, GO, DF E TO
(31) 2104.1801 / (27) 2123.9800
(21) 2123.9400 / (62) 4011.3550

CLARK
THE FORKLIFT
WWW.CLARKEMPILHADEIRAS.COM.BR

todas as normas, sem ir contra a legislação estabelecida, é lento, mas não é inviável. Se sair de áreas preestabelecidas ou em locais onde a legislação não é muito clara, o processo é vagaroso. “Não tivemos grandes dificuldades que inviabilizassem os projetos, pois escolhemos terrenos já com o uso permitido. Apenas em Embu, SP, por ser zona de manancial, tivemos de investir mais tempo, mais dinheiro e o processo foi mais lento. Construímos em 14% da área, o limite era 20%. Também apresentamos projetos claros que são aceitos na primeira versão, pois a necessidade da criação de várias versões atrasa o resultado”, diz.

Já Francisco Ayres Vicentini, diretor técnico da GR Properties (Fone: 11 3709.2660), entende que o licenciamento ambiental é uma etapa extremamente importante no processo de aprovação de qualquer empreendimento. “Não diria que é um ‘entrave’. Os condomínios logísticos requerem áreas grandes, que evidentemente alteram o seu entorno quando implantados. Precisamos

empreender em áreas adequadas. Quando temos muitas dificuldades na área ambiental, pode-se sugerir um equívoco no local escolhido”, expõe.

Para acelerar o processo de obtenção de licenças ambientais, os entrevistados sugerem: investimentos nas agências reguladoras; simplificação e padronização das leis; contratação de mais funcionários para atuar nos órgãos responsáveis; capacitação e treinamento para técnicos das agências; implantação de uma etapa de “validação” para certificar-se de que os processos estão completos e toda documentação e relatórios foram entregues; definições claras sobre prazos e regras para análise dos projetos; desburocratização do processo; e análise dos pedidos por categorias específicas para cada empreendimento. “O único que poderia melhorar este processo seria o Poder Público, pois além de ter autonomia para isso, seria capaz de incentivar o crescimento econômico nacional”, acrescenta Demeterco, da Capital Realty.

Capital Realty



A Capital Realty tem dois condomínios logísticos em operação. Um deles é o Mega Intermodal Esteio, que está localizado em Esteio, no Rio Grande do Sul, e possui área total construída de aproximadamente 25.000 m². O empreendimento está com 83% de sua capacidade total ocupada, havendo ainda disponibilidade de metragem. Já o Mega Centro Logístico Itajaí, que está localizado em Itajaí, Santa Catarina, conta com uma área construída de aproximadamente 34.000 m² e está com 21% de sua capacidade total ocupada, havendo disponibilidade de metragem. A empresa lançou, em abril deste ano, o Mega Centro Logístico Curitiba, que está localizado na região metropolitana de Curitiba, em Campina Grande do Sul, PR. O empreendimento, que terá mais de 120.000 m² de área construída, será o maior condomínio da empresa na região. A entrega da primeira fase está prevista para o primeiro trimestre de 2012.

GR Properties



A GR Properties conta com um condomínio em operação – o GR Jundiaí, com área de 40.000 m², 100% locado –, um em construção – GR Campinas 1, com área de locação de 24.000 m² –, um em projeto e mais dois em pré-projeto – todos no interior de São Paulo.

Diferenciais

A seguir, as empresas entrevistadas falam sobre as características sustentáveis dos empreendimentos oferecidos e como elas beneficiam locador e locatário.

A Capital Realty oferece, em termos de estrutura sustentável: iluminação natural com uso de telhas translúcidas na cobertura, responsáveis por reduzir os custos de iluminação artificial, além de propiciar benefícios psicológicos comprovados aos funcionários que se expõem a este tipo de iluminação; estrutura para reaproveitamento das águas da chuva, responsável pela economia de aproximadamente 15% do total de consumo mensal de água; além do cumprimento de todos os índices e taxas exigidos pelas Prefeituras.

Demeterco diz que a adoção de medidas sustentáveis é importante tanto para a proprietária do condomínio quanto para os locatários, pois além dos benefícios relativos à redução de custos e preservação do meio ambiente, há uma responsabilidade socioambiental que faz com que estas medidas gerem ganhos significativos à sociedade como um todo.

Já a Construtora CH3/Sociedade de Armazéns São Lourenço desenvolve os projetos seguindo os critérios de sustentabilidade, como impor materiais reciclados, adotar prédios com

alta eficiência energética, utilizando desde a parte arquitetônica até equipamentos no dia a dia que reduzem o consumo de energia, e projetos que diminuem a geração de resíduos. “Procuramos localizações onde o transporte público seja de fácil acesso. Durante a obra fiscalizamos a geração de energia e o uso eficiente dos materiais também. Adotamos, ainda, captação de água de chuva e reutilização das águas de consumo”, declara Chohfi.

Segundo ele, os locatários, além de demonstrarem responsabilidade com o planeta, conseguem, dependendo do projeto, ter uma economia de até 40% sobre o condomínio.

“Adotamos práticas sustentáveis por política própria, pois somente agora esse investimento a mais está sendo olhado como um valor agregado, e estamos conseguindo repassar uma parte na valorização do imóvel. Claro que, com a economia do condomínio, os empreendimentos se tornarão mais líquidos no mercado e, dependendo dessa economia, se poderá cobrar uma diferença no aluguel”, explica o diretor de construção.

Por sua vez, a GR Properties desenvolve os projetos atendendo aos conceitos do Green Building Council, seguindo critérios estabelecidos para os tópicos:

1 – terreno sustentável

(prevenção de poluição nas atividades de construção, escolha do terreno, acesso ao transporte público, incentivo a transporte alternativo, projeto de drenagem, ilhas de calor e poluição luminosa);

2 – uso racional da água;

3 – eficiência energética e questões de atmosfera;

4 – materiais, utilização de reciclados e gestão de resíduos;

5 – qualidade do ar (controle de fumaça de tabaco, conforto térmico, iluminação natural, materiais de baixo VOC, plano para qualidade do ar interno durante a obra); e

6 – inovação de projeto (materiais regionais, madeira certificada, programa de educação ambiental, medições de performance de água e energia).

Entre as vantagens para os locatários, Vicentini cita: menor impacto na vizinhança, melhor ambiente para o trabalhador na

fase de obra, redução de 14% no custo anual de energia, redução de 29% no consumo de água, maior bem-estar do usuário final, menor custo de manutenção, menor custo de operação e maior rentabilidade na operação.

“Se o locatário tem vantagens na sua operação, e ainda agrega sua marca a instalações com critérios sustentáveis, credencia o imóvel como referência, atraindo mais interessados na sua ocupação, e a vacância tende a zero”, acrescenta.

Abreu e Adnet, da GWI, defendem que a empresa visa a diminuir os impactos que um grande empreendimento pode causar no local da obra e de seu entorno. As grandes coberturas dos galpões captam água da chuva e esta é reutilizada para irrigação das áreas verdes, por exemplo. Os projetos preveem utilização de luz e ventilação natural. A luminotécnica é projetada em circuitos independentes, a fim de economizar

energia. Também contam com vasta área verde e de recreação, além de haver uma preocupação com a escolha dos materiais utilizados, visando à durabilidade e eficiência. “Um projeto bem desenvolvido e bem executado oferece aos usuários segurança, conforto e economia. Sabemos que esses fatores geram produtividade e melhor desempenho”, destacam.

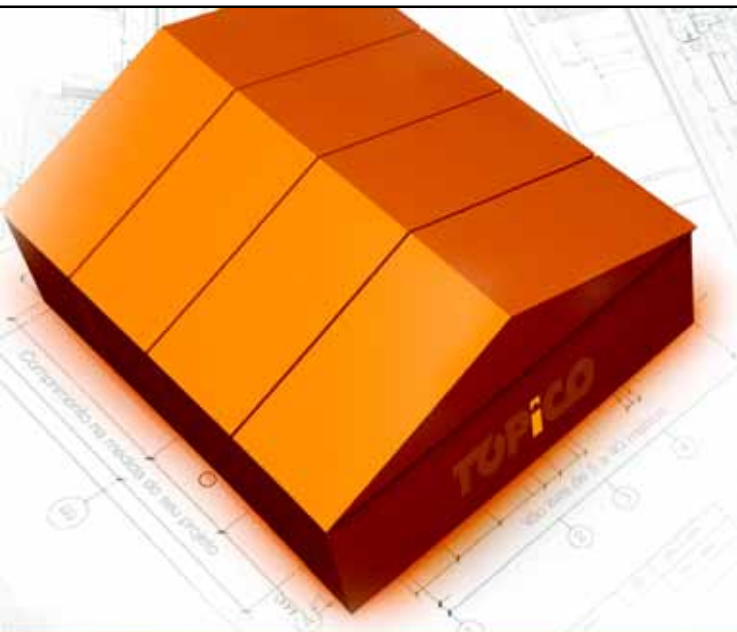
De acordo com eles, é muito importante que um condomínio tenha em seus objetivos a adoção de medidas sustentáveis que visam concomitantemente à melhoria do meio ambiente e à diminuição de custos. “A adoção de tais medidas e processos que venham ao encontro de tais objetivos certamente resultarão em empreendimentos mais competitivos e, conseqüentemente, mais atraentes a seus clientes”, expõem.

Os empreendimentos da Hines utilizam materiais que, além de reutilizáveis, também



Vicentini, da GR Properties: o licenciamento ambiental é uma etapa extremamente importante no processo de aprovação de qualquer empreendimento – não é um entrave

oferecem uma melhor rentabilidade. “Contamos com sistemas de reaproveitamento de águas cinzas e pluviais que podem ser reaproveitadas em outras áreas e no replantio de árvores. Em Embu, SP, estamos recuperando áreas nativas e árvores, como



Qualidade e experiência para tirar a evolução do papel.

TÓPICO
SOLUÇÕES EM COBERTURAS

Especializada em coberturas e galpões de armazenagem, a **Tópico** conquistou experiência e a confiança de seus clientes. Com qualidade e agilidade, executa os mais diversos projetos em estruturas metálicas e confecções em lona, pronta para transformar suas ideias em bons negócios.



Fone: 55 11 2344 1200
www.topico.com.br

GWI Real Estate

A GWI Real Estate hoje conta com dois condomínios em operação: o Global Cumbica e o Global Jundiá. O primeiro, localizado em Guarulhos, SP, próximo ao aeroporto de Cumbica, tem área total em operação de 35.000 m². No momento, possui apenas 197 m² de escritório disponível, os galpões estão 100% locados. A expansão de 19.500 m² está em obras e será concluída em outubro de 2011. Já o Global Jundiá está localizado no quilômetro 66 da Rodovia Anhanguera, Jundiá, SP. A 1ª fase do empreendimento, 19.500 m², está 100% locada. A 2ª fase foi concluída no final de junho, e ainda está disponível para locação. Serão 21.500 m² de ABL – Aérea Bruta Locável. No momento, a GWI Real Estate planeja iniciar as obras do Global Sumaré I e do Global Jundiá II. O Global Sumaré I, localizado na Rodovia Anhanguera km 107, já tem 29.000 m² aprovados e outros 236.000 m² ainda em aprovação. Já o empreendimento em Jundiá, localizado dentro do Parque Industrial Fazgran, às margens da Rodovia Ermenegildo Tonolli, teve seu alvará emitido para a construção de quase 50.000 m².

Hines

A Hines do Brasil possui seis condomínios prontos. São eles: Distribution Park Manaus, com área de 104.100 m², localizado em Manaus, AM, com 12.400 m² disponíveis para locação; Distribution Park Embu, com 180.500 m², em Embu, SP; Distribution Park Guarulhos, com 34.800 m², em Guarulhos, SP; Distribution Park Osasco, com 11.970 m², em Osasco, SP; Distribution Park Rio de Janeiro, com 64.400 m², e Distribution Park Dutra, com 110.500 m², ambos no Rio de Janeiro, RJ – todos 100% locados. Atualmente, a empresa tem o DP Cajamar, em Cajamar, SP, em construção, que possui 88.900 m², sendo 12.680 m² disponíveis para locação. A empresa também está no início do projeto do Distribution Park Manaus II. Serão dois galpões modulares, com área locável total de 67.000 m². A conclusão da obra ainda não está totalmente definida, mas será em aproximadamente 1 ano.

também buscando parceria com ONGs para instituir um programa de recuperação da fauna”, diz Smith.

Para os clientes, o project manager da empresa garante que os condomínios oferecem um custo ocupacional mais baixo, reduzindo os desperdícios.

Ele destaca que em relação ao uso de luz natural, há algumas restrições: alguns materiais para iluminação natural não são bons, podendo facilitar a incidência de fogo, e não são aprovados pelos bombeiros; algumas empresas precisam de forro rebaixado ou outro tipo de alteração no galpão que exclui o uso de iluminação natural; e os custos que envolvem seu uso não estão incluídos no aluguel, podendo tornar o investimento inviável.

“Nós oferecemos o serviço básico ao cliente, mas mostramos todo o nosso cardápio de serviços a ele, para que escolha os adicionais que pretende ter em seu galpão”, acrescenta.

Para Smith, o uso de recursos sustentáveis aumenta a liquidez do imóvel, mas não reflete no valor do aluguel. No entanto, o cliente pode utilizar outros recursos, que serão cobrados à parte.

Finalizando, a Retha oferece reuso de água pluvial; válvula de descarga com dois eixos; válvula de mictório e torneira com fechamento automático; sistema de escoamento das águas pluviais, que evita inundações em vias de acesso e no próprio empreendimento; pavimentação em piso intertravado; manutenção do piso intertravado sem o uso de veneno; sistema de ventilação e iluminação natural; estação de tratamento para efluentes (ETE); e sistema construtivo industrializado, que oferece economia de recursos naturais e menor geração de resíduos na obra.

“A importância de ter um empreendimento que vai ao encontro das tendências de mercado, já que a prática de sustentabilidade nos condomínios industriais e logísticos já não é mais um diferencial, tornou-se uma questão de infraestrutura necessária neste tipo de empreendimento”, ressalta Vanuza Dias, coordenadora de marketing da Retha.

Tendências

Sobre as tendências, Vicentini, da GR Properties, acredita que ainda há uma forte demanda por áreas industriais/logísticas dotadas de conceitos modernos e tecnicamente adequadas. “Talvez por isso ainda vamos nos deparar com empreendimentos que não visem critérios sustentáveis. Mas é um equívoco. A sociedade está cada vez mais atenta a essa questão. Empreendedores que buscam bons contratos de locação devem investir no tema agora, pois, com certeza, colherão os frutos”, declara.

Segundo ele, o condomínio que não se preocupar com a sustentabilidade tende a perder locatários para empreendimentos concorrentes. “Principalmente os empreendimentos que visam renda devem se preocupar com essa questão. Os locatários estão cada vez mais interessados no tema e associando sua marca à sustentabilidade. Não fazer essa leitura é perder inquilinos no futuro”, destaca Vicentini.

Concordam com ele Abreu e Adnet, da GWI Real Estate. “Como as empresas cada vez mais se mobilizam para serem ambientalmente corretas, os condomínios inevitavelmente deverão se moldar no sentido de implementar infraestruturas que atendam às questões ambientais ligadas à sustentabilidade, gerando, assim, ambientes



Pereira Júnior, da Vallor Urbano: simplesmente não haverá mercado para quem não se adequar aos conceitos de sustentabilidade, que é muito mais do que lixeiras coloridas

Retha



A Retha possui 11 condomínios: Logical Center, em Cotia; Espace Center, em São Paulo; G8 Business Park, em Cajamar; São Bento, em Osasco; DVR Jaraguá, em Jaraguá; Condulli I e Condulli II, em Taboão da Serra; Forjas, em Diadema; Ledervin – Unidades VGP e Osasco, todos em São Paulo; e Espace Center Natal, no Rio Grande do Norte. Entre os novos condomínios em construção estão: Logical Center Itapevi, em Itapevi, SP, com 20.931 m² de área e previsão de entrega para outubro deste ano; Logical Center Louveira, em Louveira, SP, com 60.000 m², em fase de aprovação de projeto e comercialização das unidades para investidores, com previsão de entrega em janeiro de 2013; Espace Center Jundiá, com 208.000 m², localizado em Jundiá, SP, em fase de obtenção de licenças; Delta Empresarial Park, com 157.458,22 m², em Jundiá, SP, sendo que o 1º galpão está pronto para uso e o segundo está em obra a ser entregue até o final deste ano; Empresarial G6, com 12.000 m², em Jandira, SP, com entrega prevista para julho/agosto próximos; Condomínio Industrial e Logístico, com 120.000 m², em Extrema, MG, em estudo, com possibilidade de módulos especulativos e projetos Built to Suit, sem definição de entrega.

Vallor Urbano

A Vallor Urbano possui um grande projeto em desenvolvimento na cidade de Pindamonhangaba, em São Paulo, com área de terreno 2.655.000 m² para uma primeira fase. A empresa tem em estoque mais 4 milhões de metros quadrados. O projeto está em fase de licenciamento.

profissionais que possibilitem ganhos de produtividade.”

De acordo com eles, as empresas multinacionais já estão focadas em sustentabilidade, e as nacionais estão seguindo pelo mesmo caminho. A tendência é que elas procurem instalações que apresentem certificados verdes. “Um bom exemplo desta tendência se verifica no processo de aprovação de financiamento bancário. Hoje os bancos começam a adotar como critério de aprovação de financiamentos ações claras com aspectos socioambientais.”

Vanuza, da Retha, acredita que a prática de sustentabilidade nos condomínios industriais no Brasil já é uma realidade, pois as vantagens geradas por esta tendência vão bem além da certificação buscada por alguns “prédios verdes”.

“Quem não se preocupar com a sustentabilidade certamente perderá locatários, pois em termos de sustentabilidade, se a empresa pensa global, vai preferir estar em um local onde possa usufruir e adotar práticas sustentáveis”, expõe.

Segundo Demeterco, da Capital Realty, todas as empresas estão adquirindo consciência ambiental e buscando cada vez mais redução de custos, minimização dos impactos ambientais, fortalecimento de suas marcas e credibilidade perante a sociedade. “Estes fatores, aliados à nova consciência econômica, tendem a ser pré-requisitos na escolha de empreendimentos sustentáveis. As empresas que não se adequarem a esta nova realidade poderão perder seus clientes para outras empresas mais atentas a estas tendências.”

Para Pereira Júnior, da Vallor Urbano, não se pode imaginar o crescimento deste segmento sem que se respeitem as diretrizes de sustentabilidade. “Simplesmente não haverá mercado para quem não se adequar a estes conceitos. E não estou me referindo à simples ‘maquiagem’ ou estratégias de marketing. Sustentabilidade é muito mais do que lixeiras coloridas. As empresas sabem disto. O mercado exige, o planeta agradece”, finaliza. ●

AH!

Alugue Hyundai



HYUNDAI

Empilhadeiras
GLP · Elétrica · Diesel

COPARTS

(11) 2633-4000

www.coparts.com.br

Paletrans

é na
PIAZZA

Vendas e locação
de empilhadeiras
e transpaletes
manuais e
elétricos



(11) 2954-8544

ou acesse nossa loja virtual

www.piazzaempilhadeiras.com.br